

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO RECIFE

CURSO DE BACHARELADO

DIREITO PENAL

PROGRAMA DE ENSINO

2.^a CADEIRA DO 2.^o ANO

APROVADO PELA CONGREGAÇÃO

1960

2.^a CADEIRA DO 2.^o ANO

DIREITO PENAL

1.^a parte Introdução

I

Conceito do Direito Penal

1. Denominações.
2. Definições.
3. Caracteres e conteúdo.
4. Ciência do Direito Penal.
5. Método.
6. Ciências penais.
7. Ciências auxiliares do Direito Penal.

8. Relações do Direito Penal com outros ramos do Direito e com as ciências extra-penais.
9. Direito Penal comum e Direito Penal especial.

II

Desenvolvimento histórico do Direito Penal

1. Origens.
2. O Direito Penal da Antiguidade.
3. O Direito Penal medieval.
4. O Direito Penal liberal.
5. O Direito Penal nazi-fascista.
6. O Direito Penal soviético e das democracias populares.

III

As doutrinas penais

1. A chamada Escola Clássica.
2. O positivismo penal.
3. Posições ecléticas.

4. Tecnicismo jurídico.
5. O pensamento jurídico-penal após a II Guerra.

IV

O Direito Penal brasileiro

1. As Ordenações portuguesas.
2. O Código Criminal do Império.
3. O Código de 1890.
4. A Consolidação das Leis Penais.
5. Projetos de reforma.
6. O Código de 1940.
7. Leis complementares.

2.^a parte

Teoria da Lei Penal

V

Fontes do Direito Penal

1. Fontes de produção e cognição.

2. A normal penal: conceito e classificação.
3. O princípio da legalidade: origens, desenvolvimento, posição atual.
4. As leis penais em branco.

VI

Interpretação da Lei Penal

1. Conceito.
2. Elementos da interpretação.
3. A interpretação segundo o órgão donde procede.
4. A interpretação segundo os seus resultados.
5. A interpretação teleológica.
6. Da analogia no Direito Penal.

VII

Limitação da aplicabilidade da lei penal no tempo

1. Obrigatoriedade da lei penal.
2. O problema da retroatividade da lei penal.

3. O tempo do crime.
4. A lei excepcional ou temporária.
5. O “tempus delicti” nos crimes continuados e nos permanentes.
6. A lei nova e as medidas de segurança.
7. Concurso aparente de normas: princípios disciplina-
dores da matéria.

VIII

Limitação da aplicabilidade da lei penal no espaço

1. Os princípios reguladores da espécie e sua repercus-
são na legislação penal brasileira.
2. Definição de território.
3. O lugar do crime: teorias sôbre o assunto.

IX

Limitação da aplicabilidade da lei penal quanto às pessoas

1. O princípio geral da igualdade perante a lei.
2. Privilégios funcionais quanto à aplicação da lei penal.

3. Da extradição: conceito.
4. A extradição no Direito brasileiro.
5. Condições da extradição.

3.^a parte
Teoria do Ilícito Penal

X

⊙ ilícito penal

1. Ilícito penal e civil.
2. Bi ou tri-partição do ilícito penal.
3. Distinção entre crime e contravenção no Direito brasileiro.

XI

⊙ crime

1. Conceito material ou substancial.
2. Conceito formal.
3. Concepções formais unitárias e analíticas.

XII

Os elementos do crime

1. Os elementos essenciais do crime: gerais e especiais.
2. Os elementos acidentais do crime.
3. Os sujeitos do crime: ativo e passivo.
4. Objeto material e objeto jurídico do crime.

XIII

A ação

1. Concepções naturalista, normativa e finalista.
2. Elementos da ação.
3. A omissão.
4. Classificação dos crimes quanto a ação.

XIV

O nexo de causalidade

1. O problema filosófico da causa e sua repercussão no Direito Penal.

2. Doutrinas generalizadoras.
3. Doutrinas individualizadoras.
4. O nexo de causalidade no Código vigente.

XV

A tipicidade

1. A doutrina da tipicidade.
2. Estrutura e elementos do tipo.
3. Espécies de tipo: simples, qualificado, privilegiado.

XVI

A antijuridicidade

1. Concepções materiais da antijuridicidade.
2. Conceção formal.
3. Elementos subjetivos do injusto.

XVII

Causas de exclusão da antijuridicidade

1. Fundamentação genérica.

2. Distinção entre causas de exclusão do injusto e da culpabilidade.
3. Causas legais de exclusão da antijuridicidade no Direito brasileiro.

XVIII

A legítima defesa

1. Histórico.
2. Conceito.
3. Fundamentação doutrinária.
4. A legítima defesa no Código vigente: requisitos.
5. O excesso na legítima defesa.
6. O problema da legítima defesa contra inimputáveis.
7. Idem, contra animais.
8. Idem, contra a multidão.

XIX

O estado de necessidade.

1. Histórico.

2. Conceito.
3. Fundamentação doutrinária.
4. O estado de necessidade no Código vigente: requisitos.
5. O excesso no estado de necessidade.
6. Exclusão do estado de necessidade.
7. O problema do ressarcimento civil do dano no estado de necessidade.

XX

O estrito cumprimento do dever legal

1. Conceito.
2. Requisitos.

XXI

O exercício regular de direito

1. Conceito.
2. Requisitos.
3. As intervenções médico-cirúrgicas.

4. As lesões nos jogos desportivos.
5. A utilização das “offendicula”.

XXII

A culpabilidade

1. Concepções psicológica e normativa da culpabilidade.
2. Outras concepções.
3. Elementos da culpabilidade.
4. Responsabilidade objetiva.
5. A culpabilidade nas contravenções.

XXIII

A imputabilidade

1. Conceito.
2. Imputabilidade e responsabilidade.
3. Fundamentação doutrinária.
4. A imputabilidade no Código vigente.
5. Teoria da *actio libera in causa*.

XXIV

O dolo

1. Concepções psicológica e normativa.
2. Elementos do dolo.
3. Espécies de solo.

XXV

A culpa

1. Fundamentação doutrinária.
2. Culpa e perigosidade.
3. Elementos da culpa.
4. Espécies de culpa.
5. Graus da culpa.

XXVI

A exigibilidade de conduta diversa

1. A doutrina da exigibilidade.
2. A inexigibilidade de outra conduta como causa de exclusão da culpabilidade.

XXVII

A inimizabilidade

1. Sistemas legislativos para determinação da inimputabilidade.
2. A inimputabilidade no Direito brasileiro.
3. Menoridade penal.
4. Doença mental.
5. Desenvolvimento mental incompleto ou retardado.
6. Os surdo-mudos e os silvícolas perante a lei penal.
7. Imputabilidade diminuída.
8. Personalidades psicopáticas.
9. Embriaguez e imputabilidade.
10. O problema dos estados emocionais e passionais.

XXVIII

O erro como causa de exclusão da culpabilidade

1. Conceito de erro.

2. Erro de direito e erro de fato.
3. Debates doutrinários a propósito do erro de direito.
4. O erro de direito na legislação penal brasileira.
5. Erro de fato: essencial e accidental.
6. As justificativas putativas.

XXIX

Obediência a ordem de superior hierárquico

1. Conceito.
2. Requisitos.

XXX

Coação irresistível

1. Conceito.
2. Requisitos.

XXXI

Os elementos accidentais do crime

1. Conceito e classificação das circunstâncias.

2. Circunstâncias agravantes.
3. Circunstâncias atenuantes.

XXXII

A tentativa e o crime consumado.

1. Crime consumado, exaurido e tentado.
2. **O iter criminis.**
3. Crimes instantâneos, permanentes e continuados.
4. Caracterização jurídica da tentativa.
5. Punibilidade da tentativa.
6. Crimes que não admitem tentativa.
7. Desistência voluntária e arrependimento eficaz.
8. Inidoneidade da tentativa.

XXXIII

1. Conceito de autor.
2. Concurso necessário e eventual.
3. O problema da participação criminosa.

4. Requisitos da co-autoria.
5. Momento do concurso.
6. Circunstâncias comunicáveis e incommunicáveis.
7. Cooperação dolosamente distinta.
8. Agente provocador.
9. Multidão criminosa.

XXXIV

Concurso de crimes

1. A teoria do concurso e o problema de sua colocação sistemática.
2. Concurso material e concurso formal.
3. Crime continuado.
4. Crime complexo.
5. Crime progressivo.
6. Crimes habituais.

4.^a parte
O sujeito do crime

XXXV

O homem como sujeito ativo do crime

1. O problema da pessoa jurídica como sujeito ativo do crime.
2. O delinquente e a Escola Positiva.
3. Tipos de autor.
4. Tipos criminológicos.
5. Posição atual da questão.

XXXVI

A personalidade do criminoso

1. Caráter, temperamento e personalidade.
2. Métodos para o estudo da personalidade.
3. A personalidade do criminoso na legislação penal brasileira.

XXXVII

Perigosidade criminal

1. Origens e desenvolvimento do instituto.

2. Fundamentação doutrinária.
3. Requisitos.
4. O diagnóstico de perigosidade.
5. A perigosidade no Código vigente.

5.^a parte

Teoria das penas e medidas de segurança

XXXVIII

A pena

1. Origens e desenvolvimento.
2. Conceito substancial e formal.
3. Conteúdo e fins da pena.

XXXIX

Modos de pena

1. Pena de morte.
2. Penas corporais.
3. Penas infamantes.

4. Penas privativas da liberdade.
5. Penas pecuniárias.
6. A pena no direito contemporâneo.

XL

A pena no Código vigente

1. Princípios constitucionais referentes à pena.
2. As penas de reclusão e detenção.
3. Penas acessórias e complementares.

XLI

Sistemas penitenciários

1. As origens e o desenvolvimento dos sistemas penitenciários.
2. O sistema progressivo.
3. Os reformatórios.
4. As prisões abertas.
5. Os problemas centrais das penitenciárias.

6. O Ante-projeto de Código Penitenciário brasileiro.

XLII

As medidas de segurança

1. Origens e desenvolvimento do instituto.
2. Pena e medida de segurança.
3. A moderna tendência unificadora.

XLIII

As medidas de segurança no Código brasileiro

1. Classificação.
2. Disciplina de sua aplicação.
3. Execução das medidas de segurança.

XLIV

Aplicação das sanções penais

1. O art. 42 do Código vigente.
2. O problema da individualização da pena.

XLV

Suspensão condicional da pena

1. Origens e desenvolvimento do instituto.
2. A suspensão condicional da pena no Código vigente.
3. Posição atual da doutrina.

XLVI

Livramento condicional

1. Conceito e requisitos.
2. O debate atual em torno da questão.

XLVII

Efeitos da condenação

6.^a parte

A pretensão punitiva

XLVIII

Teoria da ação penal

1. Fundamentos.

2. Natureza jurídica.
3. Classificação e caracteres.

XLIX

A ação penal pública

1. Conceito.
2. Princípios gerais norteadores do assunto.

L

A ação penal privada

1. Conceito.
2. Natureza jurídica.
3. Formas da ação penal privada.
4. A ação penal privada e o positivismo penal.

LI

Extinção da punibilidade

1. Conceito.
2. Classificação das causas extintivas da punibilidade.

3. A extinção da punibilidade no direito brasileiro.

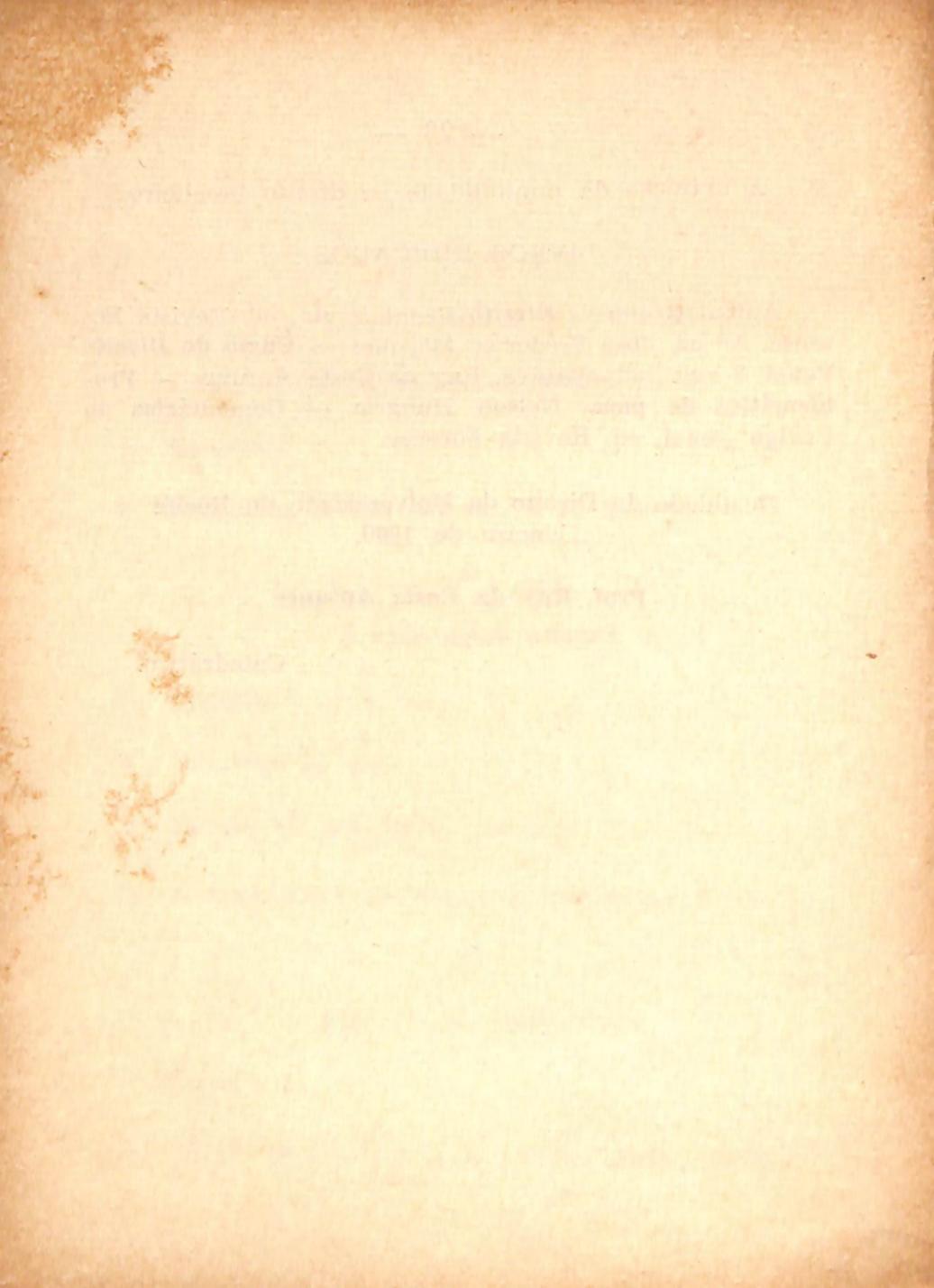
LIVROS INDICADOS

Aníbal Bruno — **Direito Penal**, 2 vls., ed. Revista Forense, 2.^a ed. José Frederico Marques — **Curso de Direito Penal**, 3 vols., ed. Saraiva. Ruy da Costa Antunes — **Problemática da pena**. Nelson Hungria — **Comentários ao Código Penal**, ed. Revista Forense.

Faculdade de Direito da Universidade do Recife
janeiro de 1960.

Prof. Ruy da Costa Antunes

Catedrático.







Imprensa Universitária